

Media criticism à brasileira: o Observatório da Imprensa.

Afonso de Albuquerque
João Damasceno Martins Ladeira Marco
Antonio Roxo da Silva

Introdução

O presente texto retoma duas questões que foram desenvolvidas no artigo “Um Outro Quarto Poder: imprensa e compromisso político no Brasil” (ALBUQUERQUE, 2000): 1) qual(is) modelo(s) de jornalismo orienta(m), na prática, o trabalho dos jornalistas brasileiros? 2) como os jornalistas brasileiros definem o seu compromisso com a sociedade em geral ou com as instituições políticas em particular?

Com relação à primeira questão, a hipótese aventada foi de que, diferentemente do que se costuma admitir, o jornalismo brasileiro não pode ser satisfatoriamente explicado como o produto de uma mera *aplicação* ou *adaptação* - mais ou menos eficiente - dos parâmetros do jornalismo americano, mas é o produto de uma *reinterpretação* - em muitos casos bastante radical - desses parâmetros, à luz de códigos particulares da sociedade brasileira.

Quanto à segunda questão, sugerimos que, na ausência de uma base de valores comuns tão sólida como a que existe nos Estados Unidos, os jornalistas brasileiros tendem a interpretar o modelo do “Quarto Poder” de modo totalmente distinto dos seus colegas americanos. Para estes, a imprensa teria um compromisso fundamental com a preservação das regras do jogo (e particularmente com o equilíbrio dos três poderes), e sua atuação se daria no sentido de *informar* os cidadãos, de modo a permitir-lhes decidir conscientemente (COOK, 1998). Os jornalistas brasileiros, por sua vez, definiriam a sua responsabilidade política em termos bem mais ativos: tratar-se-ia de colaborar na implantação ou manutenção de uma ordem sempre percebida como instável. Neste sentido, simplesmente informar os cidadãos não seria o bastante. Seria preciso *formá-los* de modo a que eles pudessem desempenhar corretamente o seu papel na democracia.

Essa argumentação não sofreu maiores críticas até o presente, exceto em um ponto: o tratamento excessivamente genérico do tema, pareceu a muitos insuficiente para lidar com a complexidade do problema tal como se apresenta no país como um todo: seria possível,

através da análise de órgãos noticiosos baseados no eixo Rio-São Paulo, identificar traços comuns a *todo o jornalismo brasileiro*? Não se estaria, neste caso, ignorando as especificidades das imprensas regionais que, em estados como o Maranhão (CONCEIÇÃO, 2000) ou Sergipe (FRANCISCATO, 1998), se estruturaria em termos - e com base em princípios totalmente diferentes daqueles que orientam a grande imprensa nacional? Tais questionamentos, bastante pertinentes, forçaram a uma redefinição da nossa linha de investigação. O problema que agora se apresentava era identificar um objeto que fosse discreto o suficiente para que se pudesse falar dele com precisão e amplo o suficiente para que se pudesse qualificá-lo como sendo de expressão nacional. O objeto escolhido foi o *site* que o *Observatório da Imprensa* - organização dedicada ao *media criticism* - mantém na internet. Tal escolha se justifica por vários motivos: 1) por se tratar de uma organização dedicada ao *media criticism* - e de uma organização coordenada por jornalistas - este é um *locus* privilegiado para a discussão de questões referentes à ética jornalística; 2) o *site* do *Observatório* se apresenta como um espaço aberto à participação de agentes sociais diversos; 3) o fato de estar sediado no ciberespaço diminui o peso do fator regional na identidade do *Observatório*. Além disso, o fato de ser veiculado através de texto eletrônico ao invés de papel permite ao *Observatório* veicular um maior número de textos e textos mais longos do que seria possível a um veículo impresso, e isto tem reflexos importante no que se refere à qualidade dos dados que se oferecem à análise.

Para os fins de nossa análise, o *Observatório da Imprensa* é entendido não somente como um espaço no qual os jornalistas se engajam na construção de uma identidade comum, mas também como uma *arena*, na qual os jornalistas disputam entre si e com outros agentes sociais os termos da definição dessa identidade. O que está em jogo é a delimitação das fronteiras da autoridade interpretativa do jornalistas (ZELIZER, 1992), tanto externas (em relação a outros agentes sociais) quanto internas (divisão de competências entre jornalistas de diversos tipos - de rádio, de televisão, de meios impressos; jovens e experientes; repórteres e editores, etc.).

Há mais, porém. O *Observatório* não é apenas um *espaço* de encontro e de confronto entre jornalistas e outros agentes sociais. Ele se apresenta também como um *agente* que toma parte ativamente no debate, defendendo posições, buscando influenciar os outros agentes, etc. Obviamente, ele não o faz de uma perspectiva “neutra”, desprovida de qualidades, regras e vícios. Alberto Dines e seus principais colaboradores não são, obviamente, jornalistas “universais” e não têm procuração para falar em nome da classe como um todo.

Os seus discursos são permeados por conceitos e preconceitos que refletem as suas trajetórias particulares dentro do jornalismo (ou em referência a ele).

A ambigüidade entre os papéis de agente e espaço de discussão que caracteriza o *Observatório* tem por certo consequências importantes no tocante aos próprios termos em que o debate será travado. Ainda que o *Observatório* acolha em seu *site* uma infinidade de agentes sociais, dotados de perspectivas as mais diversas, o espaço que é oferecido a cada um deles difere tanto quantitativa quanto qualitativamente.

O espaço do *Observatório* é dividido em diversas seções, presididas por suas próprias regras de ocupação, as quais determinam os tipos de temas a serem tratados e de agentes a serem aceitos em cada uma delas. O status dessas seções é variável: o índice publicado na página de abertura do *Observatório da Imprensa* fornece um referencial bastante eficiente acerca do status relativo de cada uma das suas seções (quanto mais acima e à esquerda estiver situada uma seção, maior deverá ser a sua importância); a existência de chamadas ou ilustrações referentes a uma seção também constituem critérios de distinção de uma seção. Do mesmo modo, o status dos agentes que participam do *Observatório da Imprensa* também varia, em função dos espaços que habitualmente eles ocupam e da frequência com que o fazem.

O propósito deste artigo é analisar os discursos sobre o jornalismo que se produzem no âmbito do *Observatório da Imprensa*. Em face da ambigüidade de papéis que caracteriza o *Observatório*, não é possível restringir o nosso foco à investigação de que tipo de personagem diz o que, em que condições e com que fins. É necessário ter em vista o modo como - através do trabalho de edição - o *Observatório* constitui esses personagens como agentes discursivos e como os integra - de maneira polifônica - ao seu próprio discurso.

1. Fundamentos Teóricos

O referencial teórico deste estudo é constituído por três conjuntos de estudos sobre o jornalismo, relativos: 1) à autoridade interpretativa dos jornalistas e seus fundamentos culturais; 2) à autoridade moral dos jornalistas; 3) estudos comparativos sobre o jornalismo em diversos países, tendo em vista principalmente as suas dimensões cultural e política.

O estudo da dimensão cultural do jornalismo tem uma sólida tradição no universo acadêmico anglo-saxônico. Um marco, a este respeito, é o livro *Discovering the News*, no qual Michael Schudson analisa a origem e o desenvolvimento do código da objetividade jornalística no jornalismo americano. Ao invés de glorificar a objetividade jornalística ou de denunciá-la como instrumento a serviço da ideologia dominante, Schudson se propôs a

investigar as razões que levaram os jornalistas a buscar na objetividade o princípio de legitimação da sua autoridade para descrever e interpretar o mundo. Como este e outros estudos (por exemplo, SCHILLER, 1981; SOLOSKI, 1993) sugeriram, o desenvolvimento do código da objetividade jornalística esteve associado a um aumento do status dos jornalistas como intérpretes da realidade - aproximando-os neste sentido de categorias profissionais mais bem estabelecidas como os advogados, médicos e cientistas. Por outro lado, estudos mais recentes (por exemplo, HALLIN, 1996) têm associado o declínio do status dos jornalistas (decorrente do avanço de uma concepção mais nitidamente comercialista do jornalismo) a um simultâneo declínio do código da objetividade jornalística.

A objetividade não basta, porém, para resumir toda a estratégia de legitimação dos jornalistas como intérpretes da realidade. Diversos estudos têm apontado para o papel que a exploração da narrativa jornalística (SCHUDSON, 1982; BIRD & DARDENNE, 1993; CAREY, 1996), a valorização da sua proximidade em relação à lógica do senso comum (GEERTZ, 1998; CAMPBELL, 1991) e o uso de tecnologias de comunicação sofisticadas (ZELIZER, 1992b) desempenham a este respeito. A reivindicação do papel de intérpretes legítimos da realidade põe os jornalistas em disputa com outros agentes sociais - isso é ilustrado, por exemplo, nas complexas relações que se estabelecem entre os repórteres e suas fontes (DARNTON, 1990) - mas também proporciona disputas no interior da própria comunidade jornalística, opondo editores a repórteres, veteranos a novatos; jornalistas de veículos diferentes, etc. (ZELIZER, 1992a; DARNTON, 1990).

O segundo conjunto de estudos de estudos tem por objeto o problema da autoridade moral dos jornalistas. Consideraremos aqui as contribuições de Gans, Hallin e Ettema e Glasser. De acordo com Gans (1980) “tal como os cientistas sociais e outros, os jornalistas podem se sentir objetivos quando eles presumem, certa ou erradamente, que seus valores são universais ou dominantes. Quando os valores não despertam qualquer dissenso ou quando o dissenso pode ser explicado como uma desordem moral, aqueles que os compartilham podem facilmente se esquecer de que se tratam de valores” (p. 186). Segue-se que, para Gans, o jornalismo investigativo desempenharia um papel fundamentalmente conservador (e não transformador, como se poderia pensar a princípio), uma vez que ao tornar públicos os casos de má conduta e ajudar a punir os responsáveis por eles, estaria reforçando e relegitimando os valores sociais dominantes.

Em um estudo sobre a cobertura da Guerra do Vietnam pela imprensa americana, Hallin (1994) sugere que o universo jornalístico pode ser dividido em três regiões distintas -

representadas como três círculos concêntricos - nas quais se aplicam diferentes parâmetros de conduta. No núcleo situa-se a esfera do *consenso*, relativa a temas que os jornalistas e a sociedade como um todo não consideram passíveis de controvérsia. Aqui, os jornalistas definem o seu compromisso fundamental com a preservação dos valores consensuais e sentem-se desobrigados a cumprir procedimentos como o de ouvir os dois lados. É este o caso de assuntos nos quais o interesse nacional pareça estar em jogo, como é o caso de conflitos externos. Para além dela situa-se a esfera da *controvérsia legítima*, na qual a neutralidade e o equilíbrio se apresentam como virtudes jornalísticas fundamentais - o exemplo mais típico, aqui, é o da cobertura das eleições. Finalmente, na esfera mais exterior situam-se atores e perspectivas marginalizados pelo *mainstream* político e pelos jornalistas, em relação aos quais não cabem outras atitudes que não as da condenação ou da exclusão da agenda pública. Segundo Hallin, a tese de que a imprensa americana se opôs à Guerra do Vietnam é equivocada: numa primeira etapa, a política americana foi retratada nos termos da esfera do consenso e o movimento contra a Guerra foi situada fora do terreno da controvérsia legítima; numa segunda etapa, tanto a política governamental quanto o movimento anti-belicista foram tratados nos termos da esfera da controvérsia legítima. A posição do Vietnam e dos comunistas esteve o tempo todo fora do terreno da controvérsia legítima.

Ettema e Glasser (1991) retomam de outra maneira a questão proposta por Gans. Para eles, este autor considera muito superficialmente o problema de como os jornalistas lidam com os valores consensuais em torno dos quais se estrutura a sua autoridade moral. Segundo Ettema e Glasser, a aplicação de tais valores a casos concretos é uma tarefa muito mais complicada do que poderia parecer à primeira vista. Para eles, os jornalistas não se limitam a reiterar a ordem moral através da exposição de transgressões, mas exercem um papel de agentes da ordem moral quando se esforçam por demonstrar que tais transgressões são, de fato, transgressões. Tal tarefa é complicada pelo fato de que os valores consensuais não são necessariamente harmônicos entre si. No caso do jornalismo investigativo, trata-se de conciliar as exigências contraditórias derivadas dos ideais da objetividade (distanciamento) e do papel de cão de guarda a serviço do cidadão (engajamento). Através de entrevistas com jornalistas ganhadores do Prêmio Pulitzer, Ettema e Glasser constatam que, não obstante existam diferenças no modo como os jornalistas resolvem o problema da objetificação dos seus juízos morais, eles usualmente o fazem em referência a um mesmo conjunto de parâmetros (em ordem decrescente de importância): 1) o apelo à lei; 2) apelo a códigos de conduta formalizados; 3) apelo a especialistas reconhecidos; 4) apelo a parâmetros de

normalidade evidenciados por dados de natureza estatística ou outros; 5) apelo à decência comum.

O terceiro referencial teórico diz respeito aos estudos comparativos sobre o jornalismo. A sua importância para este texto é evidente: não obstante a contribuição da bibliografia anglo-saxônica para o estudo do jornalismo seja significativa, nada garante que ela seja aplicável sem maiores problemas ao estudo da imprensa em outros países. De fato, conforme diversos estudos têm sistematicamente demonstrado, a imprensa de diversos países se estruturou com base em princípios totalmente distintos dos que norteiam o jornalismo americano. Hallin e Mancini (1984) destacam que o jornalismo italiano tem nas instituições políticas e socialmente representativas - e não no “cidadão comum”, como nos Estados Unidos - o seu interlocutor ideal. Em um sistema “coalizacional” caberia, então, ao jornalismo, servir como mediador entre governo e oposição, bem como entre as diversas forças componentes da coalizão governamental (MANCINI, 1991). Chalaby (1996) sustenta que as condições que permitiram o desenvolvimento de um “jornalismo centrado em fatos” no universo anglo-americano nunca estiveram presentes na França. Neste país, o jornalismo se desenvolveu tendo por referência o universo da literatura, sendo fortemente influenciado também pela lógica partidária. Waisbord (1996) analisa os dilemas do jornalismo investigativo sul-americano diante dos modelos de jornalismo “independente” (americano) e “partidário” (europeu continental). Não cabe, aqui, multiplicar os exemplos. É suficiente destacar que a diversidade dos modelos e práticas do jornalismo no mundo sugere cautela na aplicação de hipóteses e métodos de trabalho oriundos dos Estados Unidos à análise do jornalismo em outros países.

2. Metodologia

O *Observatório da Imprensa* define o seu objetivo central como sendo “acompanhar, junto com outras organizações da sociedade civil, o desempenho da mídia brasileira”, em um contexto em que “a cidadania foi convertida num conjunto de consumidores, ficticiamente vocalizados por pesquisas de opinião pública”, o *Observatório* se propõe a funcionar como um espaço no qual “os usuários da mídia - leitores, ouvintes e telespectadores -, organizados em associações desvinculadas do estabelecimento jornalístico, poderão manifestar-se e participar ativamente num processo no qual, até agora, desempenhavam o papel de agentes passivos”. A fim de atender a esses objetivos, o *Observatório da Imprensa* se estrutura a partir da articulação de um conjunto de seções especializadas.

Uma lista não exaustiva inclui seções tão diferentes entre si quanto *O Circo da*

Notícia, espaço editorial do site, comandado por Alberto Dines, primariamente voltado para a exposição das concepções particulares do *Observatório* sobre questões relacionadas à ética e à responsabilidade social da imprensa; *A Imprensa em questão*, fórum de debates em torno de questões do media criticism, com ênfase para os desvios éticos da imprensa; *Jornal de Debates*, forum de discussão sobre a comunicação mediada, percebida sob uma perspectiva mais genérica; o *Diretório Acadêmico*, espaço de discussão sobre questões relacionadas à formação dos futuros jornalistas e demais profissionais da comunicação; *Qualidade na TV* - dedicado a avaliações sobre o conteúdo da programação de TV, não necessariamente apenas o jornalismo, mas também programas de entretenimento e o *Caderno da Cidadania*, dedicado a questões relativas ao universo do cidadão e do consumidor.

Cada seção se estrutura em torno de uma lógica particular no tocante aos temas que são ali discutidos, aos agentes que os frequentam e ao modo de sua atuação. Dado o nosso interesse em investigar como o *Observatório* lida com as exigências contraditórias decorrentes da sua dupla condição de *arena* - idealmente aberta à participação de todos, considerados aprioristicamente como interlocutores igualmente válidos - e de *agente* do debate - imbuído de um papel normativo e, portanto, supostamente superior aos demais interlocutores -, e considerando-se os limites deste artigo, optamos por concentrar a nossa análise em quatro seções que, cada qual ao seu modo, lidam com o dilema: *O Circo da Notícia*, *A Imprensa em Questão*, o *Jornal de Debates* e o *Caderno da Cidadania*.

O método de seleção dessas seções envolveu, numa primeira etapa, o cruzamento de duas variáveis, relativas ao grau de abertura ou fechamento de cada seção no que diz respeito a: 1) a participação dos interlocutores - se a seção em questão é de natureza fundamentalmente polifônica (aberta) ou monofônica (fechada) -; 2) diversidade temática se a seção em questão circunscreve o seu objeto a questões relacionadas à ética jornalística, ao comportamento da imprensa e o impacto deste na sociedade (o tema central do *Observatório da Imprensa*) ou se se abre a outros temas.

A relevância da primeira variável se justifica tendo em vista o dilema vivido pelo *Observatório* entre ser uma arena de debates ou um agente de direito próprio. O termo polifonia é utilizado no sentido que lhe dá Bakhtin, particularmente na sua teoria do romance (BAKHTIN, 1998). Ao longo da década de oitenta, a obra de Bakhtin ganhou importância como referencial teórico para o estudo da comunicação de massa, particularmente no tocante à televisão (cf. Newcomb, 1991) e nada impede que ele venha a ser aplicado ao estudo da comunicação que se estabelece através da internet, principalmente se considerarmos que a

interatividade é uma das características mais frequentemente associadas a esse meio. Através da análise dessa variável, pretendemos averiguar de que maneira cada seção do *Observatório da Imprensa* configura um espaço particular de interlocução e como, em sua estrutura geral, a divisão por seções configura uma divisão desigual da *autoridade interpretativa* entre os diversos agentes - jornalistas ou não - que delas tomam parte.

A segunda variável, por sua vez, se relaciona com o problema da *autoridade moral* dos jornalistas no que concerne à sociedade como um todo. A abertura de seções do *Observatório da Imprensa* - um espaço originalmente dedicado à discussão de questões relacionadas à ética do jornalismo e à responsabilidade social da imprensa - à discussão de questões éticas mais gerais sugere que ele reivindica para si uma autoridade moral consideravelmente mais ampla do que a que se expressa explicitamente nos seus *Objetivos*. Em alguma medida, isso pode ser tomado como uma ilustração de uma concepção (brasileira) segundo a qual a responsabilidade política dos jornalistas é de formar cidadãos, antes que simplesmente informá-los.

Com base no cruzamento dessas variáveis, podemos definir, então, quatro tipos de seção: a) monológica e monotemática; b) monológica e multitemática; c) dialógica e monotemática; d) dialógica e multitemática. *O Circo da Notícia* ilustra o primeiro tipo de seção, praticamente restrito a um único agente, o Editor-Chefe do *Observatório da Imprensa* Alberto Dines e voltado para a discussão de questões relativas à ética jornalística. *A Imprensa em Questão* ilustra o terceiro tipo de seção, uma vez que se trata um espaço de debates, aberto à participação de diversos agentes, mas restrito à discussão de temas ligados à ética jornalística. Finalmente, o quarto tipo de seção é ilustrado pelo *Jornal de Debates* e pelo *Caderno da Cidadania*. Em ambos os espaços, registra-se a participação de diversos agentes e a abertura à discussão de outros temas que não o da ética jornalística. O modo como essa abertura se dá é, porém, diferente nos dois casos: no *Jornal de Debates*, o debate, originalmente dedicado à discussão de temas relativos à ética jornalística, frequentemente transborda o seu campo original e se espalha na direção de outros problemas; o *Caderno da Cidadania* ilustra uma abertura mais radical, uma vez que o seu objeto fundamental - a defesa dos cidadãos e consumidores - não guarda relação direta com o tema da ética jornalística, ainda que, frequentemente, se discutam ali questões relativas aos aspectos jurídicos da atividade jornalística. Não foi possível encontrar nenhuma seção que obedecesse aos requisitos do segundo tipo (ver tabela 1).

Espaço	Monofônico	Polifônico
Monotemático	O Circo da Notícia	A Imprensa em Questão
Multitemático		Jornal de Debates
		Caderno da Cidadania

TABELA 1

A amostra da análise se constituiu de 24 edições, selecionadas por sorteio entre as primeiras 96 edições do *Observatório da Imprensa*. Este conjunto foi dividido em grupos de quatro edições consecutivas, das quais uma foi sorteada: com base nesse critério, foram selecionadas as seguintes edições: 3, 5, 10, 15, 19, 24, 28, 32, 34, 39, 44, 47, 49, 56, 57, 63, 67, 69, 76, 77, 84, 87, 90 e 96.

3. Análise dos Dados

Alguns esclarecimentos se fazem necessários antes de analisarmos as seções selecionadas. Desde a sua criação, o *site* do *Observatório da Imprensa* passou por diversas transformações. No início o *Observatório* consistia em um conjunto bastante restrito de artigos, a maioria de autoria do seu criador, o jornalista Alberto Dines. Para se ter uma idéia, dos 54 artigos produzidos para o *Observatório* nas suas primeiras 6 edições, 36 (ou dois terços do total) eram de autoria de Dines.

A evolução do *site* foi lenta, tanto no que concerne ao seu formato quanto à composição dos seus participantes. O formato de coletânea de artigos deu lugar, pouco a pouco, a uma estrutura mais complexa, organizada em torno de seções temáticas. A primeira seção - *Entre Aspas* - surge na edição de nº 7 do *Observatório* (que marca a entrada do site no provedor da UOL) mas não tem caráter temático: consiste antes - como o nome bem o indica - em uma coletânea de citações significativas. A primeira seção temática, o *Circo da Notícia*, surge na 15ª edição. As seções *Jornal de Debates*, *Caderno da Cidadania* e *Observatório na TV* aparecem pela primeira vez na 29ª edição, inaugurando dessa maneira a nova estrutura baseada em seções. Essa estrutura iria se complexificar nas edições seguintes, com o surgimento das seções *Monitor* e *OFJOR Ciência* na edição 31, de *Imprensa em Questão* na edição 37 e *Feitos e Desfeitos* na edição 38. As charges surgem na primeira página do *Observatório* na edição 29 e as Manchetes assumem um formato próximo ao que têm hoje na 37. Na edição 40, o *Observatório* adotou uma roupagem que permaneceu inalterada até a edição 99: chamada, índice, e seções com textos discriminados na capa em

duas colunas. Na centésima edição a divisão mudou um pouco, com as seções estando distribuídas em uma coluna apenas.

Em relação à participação de outros agentes, a estratégia inicial do *Observatório* consistiu no convite à participação de jornalistas notáveis, sob a forma da produção de artigos. A consolidação das seções abriu caminho para uma maior institucionalização do *Observatório da Imprensa* e teve um duplo efeito no que concerne à participação de agentes externos no debate: por um lado, ela estimulou uma democratização do debate, possibilitando uma participação mais efetiva por parte dos não “notáveis”; por outro lado, porém, ela implicou em um maior controle da participação desses agentes, dado que doravante ela se tornava submetida ao enquadramento e às normas das diversas seções.

3.1 O Circo da Notícia

O Circo da Notícia é o espaço de maior destaque dentro do *Observatório da Imprensa*. A seção está presente em praticamente todas as edições do *Observatório*, surgindo como espaço permanente a partir da edição 17, embora possua uma aparição discreta na edição 15. Além da permanência no tempo, o *Circo* apresenta, também, permanência no espaço, ocupando em 22 dos casos a mesma posição dentro do índice do site. Entre os destaques de capa do *Observatório*, a seção possui referência através de manchete em 20 deles através de uma chamada.

O espaço do *Circo* é ocupado quase exclusivamente pelo Editor-Chefe do *Observatório*, Alberto Dines, com participações esporádicas de outros personagens. Em nossa seleção, observamos que o espaço foi dividido com outros personagens nas edições 96 (Argemiro ferreira e Márcia Camila Ribeiro) e 43 (com Mauro Mallin), embora tenha se constatado a presença de outros personagens no circo, fora da nossa seleção, em 8 edições. A presença quase exclusiva de Dines, assim como a importância da seção observada através da sua permanência no tempo e no espaço, poderiam levar a que o seção fosse apontada com um editorial do *Observatório*, embora *O Circo da Notícia* apareça apenas como uma apenas mais uma seção dele.

Simplificadamente, podemos dizer que os temas discutidos em *O Circo da Notícia* são de duas ordens: 1) parâmetros que definem a conduta adequada dos jornalistas e das organizações jornalísticas; 2) parâmetros relativos ao papel a ser desempenhado pela imprensa com relação às instituições políticas, isto é, à sua responsabilidade política.

A primeira ordem de parâmetros diz respeito a dois conjuntos de exigências básicas para um jornalismo de qualidade, aqui denominadas *autonomia* e *competência*. A categoria

autonomia diz respeito à defesa da liberdade de ação dos jornalistas, evitando comprometer os padrões éticos da profissão com outros interesses que possam prejudicar o seu compromisso com a informação. Os interesses identificados como ameaças à integridade do jornalismo são fundamentalmente dois: os poderes econômico e político. No primeiro caso, a principal ameaça identificada é o atrelamento da imprensa a interesses de *marketing*, sobrepondo-os ao interesse pela informação. As estratégias empresariais das empresas estariam passando por cima da necessidade de se apresentar com precisão as informações, substituindo-as por procedimentos editoriais que favorecem a propaganda mas desfavorecem o jornalismo. No segundo caso, as ameaças ao bom jornalismo provêm da influência negativa que os interesses pessoais ou preferências políticas possam exercer sobre a qualidade da informação.

O critério de *competência*, por sua vez, refere-se aos meios adequados para o cumprimento da missão do jornalismo. Dentre os critérios mais importantes destacados, podemos destacar: a) a pluralidade; b) a importância; c) a apuração; e d) a experiência. A *pluralidade* diz respeito à defesa da manutenção de maneiras distintas de abordar a realidade. É bastante recorrente a crítica ao fato de que os jornais seguem o mesmo padrão editorial, o que os torna idênticos entre si. A competência dos jornalistas é, pois, anulada pelo recurso a fórmulas pré-fabricadas, as quais espelham em grande medida a subordinação do critério jornalístico pelo critério do *marketing*. Com relação ao critério da *importância*, notam-se, em *O Circo da Notícia*, críticas frequentes à atenção dispensada a temas considerados triviais, entendidos como dispersivos em relação àqueles que dizem respeito aos reais interesses da sociedade. A *apuração* constitui a técnica jornalística por excelência: o jornalista deve sair para a rua se quiser conhecer a verdade. Através da investigação o jornalista garante a sua autonomia para averiguar os fatos sem que haja intervenção de outros interesses que não sejam aqueles que garantam a informação como realmente é, e não filtrada por outros interesses que não sejam o de apresentar os fatos. A *experiência*, enfim, constitui o pilar fundamental do discernimento jornalístico. É somente através da experiência adquirida dentro da carreira que o jornalista aprende a interpretar o verdadeiro significado dos fatos e a verdadeira natureza do interesse público.

É digno de nota que tais critérios normativos não se baseiam tanto em modelos jornalísticos públicos e explícitos quanto na autoridade pessoal de Alberto Dines, na sua qualidade de jornalista experiente e supostamente descompromissado com os esquemas do poder. Não é gratuitamente que a “experiência” assume um papel tão importante como

critério de competência. Na ausência de modelos explícitos que definam publicamente o comportamento adequado, resta a *O Circo da Notícia* adotar uma espécie de “pedagogia do erro”, tentando ilustrar o comportamento correto pela repetida exposição dos erros da imprensa. O próprio título da seção, aliás, reflete claramente essa filosofia.

Não se trata, aqui, de uma situação do tipo da descrita por Gans, na qual a exposição do erro dá concretude a valores morais consensuais, porém abstratos, e muito menos de uma situação como a que retratam Ettema e Glasser, na qual os jornalistas têm, antes, que demonstrar que o erro é, de fato, um erro. No universo do *Circo da Notícia*, os erros são auto-evidentes, mas os valores morais que eles violam nunca são explicitados. Neste contexto, a exposição do erro não ilustra uma norma consensual, mas a substitui por uma lógica que situa na autoridade pessoal daquele que o expõe a chave da sua solução. Aqui também o “argumento da autoridade” se sobrepõe à “autoridade do argumento” (LIMA, 1994; ALBUQUERQUE, 2000).

Com relação à responsabilidade política da imprensa, ela é retratada em *O Circo da Notícia* em referência à noção de Quarto Poder, embora em termos ligeiramente distintos dos que descrevemos. Na interpretação do *Circo*, a imprensa perdeu, legitimamente, o posto do Quarto Poder para o Ministério Público, e agora “ocupa o quinto lugar”. Caberia, então, à imprensa atuar como auxiliar no Ministério Público na defesa dos interesses da sociedade. Foi neste espírito que o *Observatório da Imprensa* criou a seção *Caderno da Cidadania*. Por isso, voltaremos ao tema quando analisarmos esta seção.

3.2 A Imprensa em Questão

De todas as seções aqui analisadas, *A Imprensa em Questão* é a mais recente, tendo surgido na edição nº 37 do *Observatório da Imprensa*. A temática discutida nesta seção é bastante semelhante à do *Circo da Notícia*: questões relativas à ética e à responsabilidade social do jornalismo. Diferentemente do *Circo*, porém, *A Imprensa em Questão* é um espaço plural mas, como veremos, isso não significa necessariamente que se trata de um espaço aberto.

Além de artigos de colaboradores, *A Imprensa em Questão* reúne outros tipos de texto. Há *citações*, ou seja, textos coletados pela equipe do Observatório para pautar ou servir como texto de apoio para os artigos publicados. Um exemplo de citação pautando outros textos é o texto “Coisas do Passado”, que Alberto Dines escreveu para a sua coluna na Folha de S. Paulo, mas que não foi publicado pelo jornal sob a alegação de que ele feria a linha partidária do jornal. Tal fato gerou, na edição de nº 56, um “Dossiê Censura”, aberto

justamente pelo texto não publicado. As citações de apoio são frequentemente apresentadas sob o título “aspas”. Mas nem sempre: outro exemplo de citação de apoio é a reprodução, na edição de nº 41, de um trecho da Constituição de 1988 em apoio ao seu argumento contra o *Programa do Ratinho*. Há também *coletâneas* (textos coletados pela equipe mas não diretamente vinculados aos artigos) e *cartas* (colaborações de leitores do *Observatório*).

O lugar de honra cabe aos artigos: são eles que ocupam 76% do total de textos da seção, além de abrirem *A Imprensa em Questão* e corresponderem as chamadas da página na abertura do *Observatório*. A compreensão das divisões espaciais - o lugar que ocupam e os personagens presentes - é talvez o elemento mais significativo para se compreender a organização dos debates em torno deste espaço. A participação nos artigos na *Imprensa em Questão* concentra-se em torno de três tipos de personagens - a equipe do *Observatório*, usuários da mídia e jornalistas profissionais. A equipe do *Observatório*, porém, ocupa um lugar de destaque, respondendo por 23 dos 48 artigos da nossa amostra. Aqui também a participação de Alberto Dines é muito marcante, uma vez que, sozinho, ele responde por 16 artigos (um terço do total). Os jornalistas - na sua maior parte profissionais experientes - respondem por 12 artigos e os usuários dos mídia por 10.

Embora os textos publicados tenham autores diferentes e frequentemente reflitam perspectivas diferentes acerca do jornalismo, na prática eles são fortemente integrados pelo trabalho de edição. Isto se dá, em primeiro lugar, através da seleção dos textos e dos participantes a cada edição. Uma segunda forma de intervenção diz respeito à ordem de apresentação dos textos. Dois aspectos merecem atenção a este respeito. Em primeiro lugar a ordem de apresentação constitui um referente que sinaliza a importância relativa de cada texto (teoricamente quanto mais acima for publicado um texto, mais importante ele será). Em segundo lugar, a ordem de apresentação permite atribuir um sentido geral ao conjunto dos textos de uma seção. Um dos recursos mais frequentemente utilizados a este respeito é o agrupamento dos textos em conjuntos temáticos. Através de recursos como estes, o *Observatório* integra textos fundamentalmente distintos como partes de uma mesma mensagem, do mesmo modo como o faz o autor de romances analisado por Bakhtin.

A análise do supracitado “Dossiê Censura” fornece um exemplo esclarecedor do modo como a edição da *Imprensa em Questão* articula textos distintos em uma mesma cadeia significativa. Na edição de nº 56 do *Observatório*, o “Dossiê Censura” divide o espaço de *A Imprensa em Questão* com um conjunto de textos, articulados sob o título “Crise nos Jornais”. Os textos publicados no “Dossiê” foram, na ordem, os seguintes: “Coisas do

Passado” (o texto de Dines não publicado pela *Folha*), “O jogo ficou pesado: adeus *fair play*”, de Mauro Malin, “Apartidarismo: princípio ou ritual?”, de Alberto Dines, “Ouvidores repudiam a censura”, de Edson Vismona, Presidente da ABO (Associação Brasileira de Ouvidores), “*Folha* censurou *O Povo*”, de Lira Neto (*ombudsman* de *O Povo*), “Manifestação dos leitores da *Folha*” (uma carta), “Manifestação de um telespectador no programa Observatório na TV” e “Constituição continua sendo a nossa lei maior” (Betch Cleinman).

Com exceção de um, todos os textos condenam a atitude da *Folha* e se solidarizam com a posição de Dines. É interessante notar que, embora numericamente limitados, o conjunto desses textos sugere a existência de um amplo arco de apoio em torno de Dines. Aos artigos de um membro da equipe do *Observatório*, do próprio Dines, do Presidente da ABO, de um jornalista de destaque e de uma promotora que fala em nome da Constituição se soma uma carta que representa a voz dos leitores da *Folha*.

Neste conjunto, chama a atenção a manifestação do telespectador da versão televisiva do *Observatório da Imprensa*. O texto a ela correspondente diz simplesmente: “Os jornalistas devem submeter-se à linha política do seu jornal. Eles ganham para isso.” (aspas no original). Bastante inusitada, considerando-se o tom de indignação que caracteriza os demais textos, a inserção de uma manifestação simpática à posição da *Folha* poderia ser interpretada, à primeira vista, como uma tentativa de introduzir alguma medida de equilíbrio na abordagem do tema. Tal impressão se desfaz, porém, assim que consideramos o problema com um pouco mais de profundidade: o texto é curto demais, o que conspira contra a coerência do argumento; seu conteúdo é relativizado pelo uso de aspas; mesmo a identidade do autor da frase é apagada, em contraste com a “Manifestação dos leitores da *Folha*”. Os próprios títulos dos dois textos contrastam: no caso do telespectador da versão televisiva do *Observatório*, o título destaca (corretamente) o fato de se tratar de uma manifestação singular; no caso da *Folha*, porém, o título se refere à manifestação de leitores, embora a introdução do texto afirme que a carta foi a “única manifestação na seção Painel do Leitor da *Folha de S. Paulo*”. O efeito é evidente: enquanto a carta do leitor da *Folha* é tratada como representativa do pensamento do conjunto dos leitores do jornal, a tomada de posição favorável à *Folha* é caracterizada como puro *nonsense*.

3.3 Jornal de Debates

De todas as seções aqui analisadas, o *Jornal de Debates* é aquela em que o aspecto de fórum de debates é mais claramente delineado, uma vez que: 1) participa dele, de modo mais

efetivo, uma maior variedade de personagens; 2) as mensagens publicadas na seção frequentemente referenciam-se umas às outras, e estabelecem diálogos que atravessam diversas edições do *Observatório*, o que indica uma menor intervenção editorial neste espaço. Além disso, o espaço se caracteriza por um maior abertura temática em relação às duas seções analisadas anteriormente.

O perfil dos participantes é, no conjunto da nossa amostra, bastante semelhante ao da *Imprensa em Questão* - apresentando predominância de textos de autoria da equipe do *Observatório* (21 textos), jornalistas profissionais (19 textos), usuários da mídia (7 textos) e tendo como único fato inédito a presença de profissionais do meio acadêmico (9 textos). Deve ser notado, porém, que o perfil dessa participação se modificou radicalmente ao longo do período. Até a 47ª edição, a seção era ocupada basicamente por membros da equipe do *Observatório* (a única exceção é um artigo de TT Catalão, na edição 32). Das 21 aparições dos organizadores do site em textos escritos exclusivamente para o *Jornal de Debates* (artigos), 12 surgem até a edição 47. As nove participações restantes se distribuem até a edição 96, numa média de 0,75 artigos por edição.

Embora o perfil dos participantes do *Jornal dos Debates* seja semelhante ao de *A Imprensa em Questão*, a dinâmica dessa participação é muito diferente nos dois casos. Enquanto no *Jornal dos Debates* os textos são articulados com base em critérios editoriais, na *Imprensa em Questão* os textos de jornalistas se referenciam de modo mais espontâneo aos textos de outras categorias de participantes. Um bom exemplo disso é o debate sobre o jornal cubano *Gramma*, travado entre as edições 64 e 69, que teve como principais protagonistas a pesquisadora Beatriz Wey e o jornalista Sandro Vaia. O texto da professora Beatriz Wey, do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política da PUC/SP, foi publicado inicialmente na *Imprensa em Questão* 64. Os comentários ao texto da pesquisadora, que analisava o jornal e a forma pela qual legitima o regime cubano, vieram na seção *Caderno do Leitor* da edição 65 - um texto do jornalista Sandro Vaia, acompanhado por outro curto comentário do personagem não identificado Adriano Oliveira. A resposta de Sandro Vaia, afirmando que na verdade o que o *Gramma* faz é apenas servir como instrumento de dominação para um regime autoritário na medida em que oferece interpretações parciais dos fatos, fez com que o debates migrasse para o *Jornal de Debates*, na edição 67, com uma réplica de Miguel Chaia, coordenador do Núcleo da PUC/SP, uma vez que a autora estava impossibilitada de responder. A edição apresentava ainda um segundo texto de Vaia e outra resposta de Chaia. Na edição 68, Sandro Vaia volta a se pronunciar e o debate é convidado a

se encerrar por Marinilda Carvalho, cuja intervenção frisa a diferença entre a posição do jornalista e da pesquisadora como uma consequência do compromisso com a objetividade e da imparcialidade sobre a profissão de repórter. Beatriz Wey volta a aparecer na edição 69, com dois textos, um que rerepresentava a questão do seu trabalho sobre o *Gramma* e uma resposta direta as questões de Sandro Vaia. O debate se encerra com uma última intervenção de Vaia.

Observa-se, nitidamente, que no *Jornal de Debates*, o foco inicial em questões de ética jornalística tende a “transbordar” e acolher outras questões. Um exemplo disso é a discussão sobre a catequese no Brasil, travada entre o indianista Wilmar da Rocha D’Angelis e o jornalista Gilberto Kujawski, surgida a partir de um editorial, escrito por este, publicado no jornal *Última Hora* no dia 12/05/2000. O editorial condenava as afirmações de que a catequese teria sido um massacre. Durante a discussão, ambos contrapõem diferentes visões sobre o que teria significado a relação índio-homem branco para os povos nativos do Brasil a partir da questão de que a postura do jornalista incluía uma concepção de que o contato entre Brasil e os demais povos teria sido sempre visto de maneira negativa e que em várias situações, inclusive na catequese, a necessidade de estreitar os laços entre o nosso país e o resto do mundo teria de ser mais intenso. Claramente, o jornalismo não é o ponto da discussão, ainda que o assunto tenha se originado de um texto publicado em jornal.

Tais exemplos indicam que, à diferença das seções analisadas anteriormente, o *Jornal de Debates* se constitui como fórum de debates no qual diversos setores da sociedade se envolvem em uma dinâmica de réplicas e tréplicas sobre temas que não teriam espaço nem oportunidade para se desenvolverem em publicações da imprensa. Se em seus *Objetivos* o *Observatório da Imprensa* se apresenta como um “espaço para setores até então desprovidos de participação”, são as discussões do *Jornal* que materializam esta posição.

3.4 Caderno da Cidadania

O *Caderno da Cidadania* surge, na edição de nº 29, para satisfazer a um projeto político do *Observatório da Imprensa*: reivindicando o status de representante da sociedade civil, tornar-se um agente político efetivo, capaz de influenciar o processo de tomada de decisões no âmbito do Estado. Através do *Caderno da Cidadania*, o *Observatório* forja uma aliança com um outro agente político, o Ministério Público, caracterizado como o verdadeiro Quarto Poder da república contemporânea. Dado que o material veiculado no *Caderno da Cidadania* guarda pouca ou nenhuma relação direta com questões relativas à ética jornalística (ainda que uma atenção considerável seja dispensada a questões jurídicas envolvendo a

atividade jornalística) o nosso interesse nessa seção tem a ver menos com os temas aí discutidos ou os personagens que tomam parte do debate, do que com as razões que justificam a sua inserção no *Observatório da Imprensa*, bem como o que ela revela do modo como este concebe a responsabilidade política da imprensa (e a sua própria).

A sugestão de que, hoje, cabe ao Ministério Público e não à imprensa o exercício do Quarto Poder parece à primeira vista contradizer frontalmente a sugestão de um artigo anterior (ALBUQUERQUE, 2000) de que a imprensa brasileira estaria reivindicando para si o papel de um Quarto Poder, entendido antes em referência à tradição brasileira do Poder Moderador que ao Quarto Poder da tradição americana. Entretanto, se analisarmos mais de perto os argumentos desenvolvidos por Dines e pelos “Observadores” sobre o tema, veremos que estamos antes diante de uma versão particular do modelo que de um modelo concorrente.

A concepção de Dines sobre o assunto é expressa de maneira particularmente clara no artigo "Quem fica no Quarto Poder?", publicada em sua coluna na página de opinião do *Jornal do Brasil* (DINES, 2000). De acordo com Dines “o Ministério Público como foi desenhado e estruturado pela Constituição de 1988 é um dos grandes avanços da sociedade”. Segundo ele, o Ministério Público é “o verdadeiro Quarto Poder”, cuja missão consiste em vigiar os três poderes clássicos em defesa do cidadão. Note-se que, contrariamente ao que Dines afirma, tal modelo pouco tem a ver com o modelo do *checks and balances* norte-americano, uma vez que este se sustenta fundamentalmente na *interdependência* dos poderes (FISHER, 1989) e não na supremacia de um Quarto Poder externo a eles (o que significaria a existência de algum tipo de Poder Moderador).

Coerentemente com essa perspectiva, Dines sugere que cabe à imprensa adotar uma atitude de vigilância ativa em relação aos três poderes clássicos (em um artigo veiculado no *Observatório*, ele se queixa que a imprensa, sempre ciosa em atacar o Executivo e o Legislativo, “treme diante do Judiciário”). O mesmo, porém, não se aplica ao Ministério Público que, ao que tudo indica, é para Dines uma instituição acima de qualquer suspeita: “sendo um poder constituído para defender a sociedade, o MP atua sem preocupar-se com a credibilidade: acolhe as denúncias, busca as evidências e as oferece à Justiça. Mesmo que o Judiciário recuse as ações promovidas pelo MP, sua imagem jamais ficará abalada porque sua missão constitucional é manter-se vigilante, independentemente do resultado das cortes” (DINES, 2000). O autor condena, em particular, o destaque dado pela cobertura da imprensa à confissão, por parte de um procurador federal, de que “suspeitas levantadas no caso do desvio de verbas do TST-SP basearam-se em informações veiculadas pela imprensa” e de

que o Ministério Público “vale-se do expediente de produzir a acusação para ver se aparecem as provas”. Segundo ele, ambos os procedimentos se justificam em face da carência de recursos do Ministério Público. Além disso, a imprensa e o Ministério Público compartilham de uma mesma missão da busca da verdade em defesa da sociedade com a diferença de que o Ministério Público é um poder constituído. De onde se deduz que a imprensa deveria colaborar para que o Ministério Público ao invés de dar divulgação às denúncias realizadas contra ele.

É no espírito dessa colaboração que o *Observatório da Imprensa* criou o *Caderno da Cidadania*. Concretamente, o *Caderno da Cidadania* expressa uma aliança estratégica do *Observatório* com o Instituto de Estudos “Direito e Cidadania” (IDEC) e com a Associação Brasileira de Ouvidores (ABO), de modo a aproximá-lo do Ministério Público. Tal movimento foi descrito nos termos de uma aliança “do Terceiro Setor” com o Quarto Poder”.

4. Conclusão

Quando iniciamos a pesquisa que deu origem a este artigo, tínhamos uma noção muito clara do tipo de tarefas que nos caberia enfrentar: através da análise do material publicado no *Observatório da Imprensa*, mapear um conjunto significativo de discursos produzidos acerca da ética e da responsabilidade social do jornalismo no Brasil - aí incluído o discurso do próprio *Observatório*. O duplo status do *Observatório* - simultaneamente arena e agente do debate - não parecia, neste momento, constituir um problema teórico mais importante.

Rapidamente, porém, fomos forçados a mudar o rumo de nossas investigações. Tornou-se evidente que o discurso do *Observatório* não poderia ser tomado como apenas mais um discurso competindo com os demais, e nem mesmo bastava assinalar as vantagens decorrentes da sua condição de discurso oficial. A verdadeira razão da supremacia do discurso do *Observatório* se encontrava em outra parte, no ponto de encontro mesmo dos papéis de agente e arena: o lugar da edição. Este lugar permite ao *Observatório da Imprensa* não apenas destacar o seu próprio discurso, como também hierarquizar os demais, atribuindo-lhes maior ou menor pertinência. Em decorrência disso, o *Observatório*, não obstante ser um espaço polifônico, se apresenta como um espaço muito menos plural do que nos parecia ser a princípio.

O foco de nossa atenção se deslocou, então, da multiplicidade de perspectivas que esperávamos encontrar no espaço do *Observatório* para a perspectiva do próprio *Observatório* (entendido como agente normativo) e o modo como ela ordena as perspectivas

demais agentes que tomam parte no debate sobre o jornalismo.

Resta saber se tal mudança de enfoque abala o status do *Observatório da Imprensa* como referencial privilegiado para a análise de questões relativas à ética e à responsabilidade política e social do jornalismo brasileiro. Acreditamos que não. Longe de ser um complicador da análise, a ambiguidade entre os papéis de arena e agente que caracteriza o *Observatório* nos parece ser parte do problema que analisamos: na ausência de um acordo amplo dos jornalistas em torno de princípios éticos comuns, o *Observatório* se vê tentado a extrapolar o seu papel formal (tal como expresso nos seus *Objetivos*) e se investir da autoridade de agente normatizador.

Tal autoridade se baseia principalmente no prestígio pessoal de Alberto Dines, cuja presença, como vimos, domina o *Observatório da Imprensa*. Como regra geral, Dines profere juízos particularizados acerca de casos concretos, sem que se apresentem explicitamente outros fundamentos de tal ação normativa além da experiência do seu autor como jornalista. A exceção à regra refere-se à concepção de Quarto Poder expressa no *Observatório*, apresentada em termos bastante consistentes. Embora tal concepção reivindique fidelidade ao modelo americano de Quarto Poder, ela parece estar muito mais próxima da tradição brasileira do Poder Moderador, uma vez que atribui ao Ministério Público o poder de corrigir a desordem provocada pela atuação equivocada dos três poderes clássicos. À imprensa, caberia auxiliar o Ministério Público na sua missão, denunciando os erros cometidos no âmbito do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, mas não do próprio Ministério Público.

Ao menos neste aspecto, não se pode negar que o *Observatório da Imprensa* cumpre o que preconiza. A aliança com o Ministério Público se traduz na parceria do *Observatório* com o Instituto de Estudos “Direito e Cidadania” (IDEC) e com a Associação Brasileira de Ouvidores (ABO), através da qual ele busca se qualificar como agente representativo da sociedade e se expressa, em particular, na criação da seção *Caderno da Cidadania*.

Mas como reivindicar tal poder representativo? É neste sentido que a condição de fórum de debates reivindicada pelo *Observatório da Imprensa* revela toda a sua importância. É na condição de espaço plural, aberto à participação de diversos segmentos da sociedade que o *Observatório* pode clamar representá-la. Na prática, porém, tal abertura tende a ser sufocada pela imposição de uma lógica editorial que hierarquiza os agentes e suas falas. Daí a importância simbólica que um espaço como o *Jornal de Debates* - uma exceção à regra geral, mais aberto à participação de outros agentes e menos condicionado pela intervenção editorial que os demais - tem para o *Observatório*.

Em resumo, acreditamos que as contradições que têm lugar no *Observatório da Imprensa* expressam dilemas mais gerais da imprensa brasileira no tocante aos seus parâmetros éticos. Em um artigo anterior, sugerimos que, na ausência de uma base consistente de valores comuns, os jornalistas brasileiros tendem a definir o seu papel como não se limitando à tarefa de *informar* os cidadãos; caberia aos jornalistas a responsabilidade de *formar* os cidadãos. A análise desenvolvida aqui revela um problema homólogo: na ausência de parâmetros éticos comuns, o *Observatório* redefine a sua responsabilidade em termos muito mais amplos dos que constam dos seus *Objetivos*: ao que tudo indica, proporcionar um espaço para o debate em torno de questões relativas à ética jornalística não parece ser o bastante; é preciso conduzir esse debate, a fim de garantir que ele chegue a bom termo.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, Afonso de (2000). **Um outro Quarto Poder: imprensa e compromisso político no Brasil**. *Contracampo: Revista do Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação* n. 4, p. 23-57.

BAKHTIN, Mikhail (1998). **Questões de Literatura e de Estética: a Teoria do Romance**. São Paulo: Ed. Unesp/Hucitec.

BIRD, S. Elizabeth & DARDENNE, Robert W (1993). **Mito, registro e ‘estórias’: explorando as qualidades narrativas das notícias** in TRAQUINA, Nélson (org.) *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega, p 263-277.

CAMPBELL, Richard (1991). **60 Minutes and the News: a Mythology for Middle America**. Urbana and Chicago: University of Chicago Press.

CAREY, James W (1986). **The Dark Continent of American Journalism**. In MANOFF, Robert Karl & SCHUDSON, Michael. *Reading the News*. New York: Pantheon Books, p.146-196.

CHALABY, Jean K. (1996) **Journalism as an Anglo-American Invention: A Comparison of the Development of French and Anglo-American Journalism, 1830s-1920s**. *European Journal of Communication*, vol. 11 (3), p. 303-326.

CONCEIÇÃO, Francisco Gonçalves da (2000). **O rapto da máscara mortuária. As astúcias enunciativas da Coluna do Sarney e a composição-transformação de identidades públicas nas eleições de 1994**. Dissertação de Mestrado em Comunicação e Cultura/ UFRJ.

COOK, Timothy E. (1998) **Government with the News: The News Media as a Political Institution**. Chicago: University of Chicago Press.

DARNTON, Robert (1990). **Jornalismo: toda notícia que couber a gente publica**. *O beijo*

de Lamourette: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, p. 70-97.

DINES, Alberto (2000). **Quem fica no Quarto Poder?**. *Jornal do Brasil*, 12 de agosto, p. 9.

ETTEMA, James S. & GLASSER, Theodore L (1998). **Custodians of Conscience: Investigative Journalism and Public Virtue**. New York: Columbia University Press.

FISHER, Louis (1989). **Separation of Powers in America: Theory and Practice**. In UTLEY, Robert L. (Ed.) *Principles of the Constitutional Order: The Ratification Debates*. Laham: University Press of America, p. 131-149.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo (1998). **A construção da notícia política nos jornais de Sergipe: uma análise dos constrangimentos e influências na produção jornalística**. Dissertação de Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporâneas/UFBA.

GANS, Herbert (1979). **Deciding What's News: a Study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time**. New York: Pantheon Books.

GEERTZ, Clifford (1998). **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis: Vozes.

HALLIN, Daniel (1994). **We Keep America on Top of the World: Television and the Public Sphere**. London & New York: Routledge.

HALLIN, Daniel (1996). **Commercialism and Professionalism in the American News Media**. In CURRAN, James and GUREVITCH, Michael (eds.) *Mass Media and Society* (sec. Ed). New York: Arnold, p. 243-262.

HALLIN, Daniel C. & MANCINI, Paolo (1984). **Speaking of the President: Political Structure and Representational Form in U.S. and Italian Television News**. *Theory and Society*, 13, p. 829-850.

LIMA, Roberto Kant de (1994). **Conciliação e julgamento, negotiation e trial: a produção da ordem em uma perspectiva comparada (Brasil/EUA)** In GIUCCI, Guillermo e DAVID, Maurício Dias (org.): *Brasil-EUA: antigas e novas perspectivas sobre sociedade e cultura*.

MANCINI, Paolo (1991). **The Public Sphere and the Use of News in a 'Coalition' System of Government**. In DAHLGREN, Peter & SPARKS, Colin. *Communication and Citizenship: Journalism and the Public Sphere*. London and New York: Routledge, p. 135-154.

NEWCOMB, Horace. **On Dialogical Aspects of Mass Communications**. In AVERY, Robert K. & EASON, David. *Critical Perspectives on Media and Society*. New York, London: The Guilford Press, 1991, p. 69-87.

SCHILLER, Dan (1981). **Objectivity and the News**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

SCHUDSON, Michael (1978). **Discovering the News: a Social History of American Newspapers**. New York: Basic Books.

SCHUDSON, Michael (1982). **The Politics of Narrative Form: the Emergence of News Conventions in Print and Television.** *Daedalus* 111 (4), p. 97-112.

SOLOSKI, John (1993). **O jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico.** In TRAQUINA, Nélon (org.) *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega, p. 91-100.

WAISBORD, Silvio (1996). **Investigative Journalism and Political Accountability in South American Democracies.** *Critical Studies in Mass Communication* 13, p. 343-363.

ZELIZER, Barbie (1992). *Covering the Body: the Kennedy Assassination, the Media, and the Shaping of Collective Memory.* Chicago and London: The University of Chicago Press.